
1968 – MUITAS FACETAS E UM SÓ GRITO: LIBERDADE!

Henrique de Moura Faria

Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Lateranense – Roma, Itália
Mestre em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana – Roma, Itália
Professor de Filosofia da ESDHC

Resumo: O presente artigo trata de contextualizar o movimento de 1968 seja em sua dimensão mundial, seja na latino-americana e na brasileira. Ele é fruto de um amplo processo cultural político, religioso, ideológico, econômico. Chama a atenção para o fato de no Brasil e não em outras regiões do mundo ter-se iniciado a primeira grande manifestação massiva. E lembra que são muitos e importantes os atores de 1968.

Palavras-chave: Cultura – Contestação – Ideologia – Mudança.

*1968- MUCHAS CARAS Y UN SÓLO GRITO:
¡LIBERTAD!*

Resumen: *El presente artículo trata de conceptualizar el movimiento de 1968 sea en su dimensión mundial, sea en la latinoamericana y en la brasileña. Él es fruto de un amplio proceso cultural político, religioso, ideológico, económico. Llama la atención para el hecho de que en Brasil y no en otras regiones del mundo se habría iniciado la primera gran manifestación de masas. Y recuerda que son muchos e importantes los actores de 1968.*

Palabras-clave: *Cultura – Contestación – Ideología - Mudanza*

1968: 40 anos de fatos grávidos de significado e mudanças no Brasil e no Mundo.

40 anos de fatos que abalaram as estruturas sociais, políticas e religiosas evidentemente trazem análises críticas e divergentes.

Os atores são muitos e diversificados: estudantes e população de classe média. Trabalhadores. Membros da Igreja progressista, ao menos no que se refere ao Brasil. Estudantes universitários. População consciente das mudanças a serem feitas em países da Europa e América Latina. Artistas e cantores.

Como todo movimento cultural, 1968 é preparado, de alguma maneira, por um longo processo de mudança que já se iniciava há tempos: maior tolerância à diversidade, reconhecimento do papel e protagonismo das mulheres, expressos no movimento feminista, incícios do movimento ambientalista, valorização do prazer e busca da espiritualidade e uma forte utopia de que era necessário mudar o mundo. Utopia que continua buscando sua realização para além de 1968, como, por exemplo, em 29.06.1969, os homossexuais se rebelando em Nova York em verdadeira batalha campal em frente à boate onde se reuniam, a Stonewall, dando definitivamente visibilidade ao seu movimento e iniciando a luta pelos direitos do homoerotismo. Processo que só vem crescendo em todas as partes do mundo ocidental.

E antes que 1968 eclodisse no famoso maio francês, aqui no Brasil eclode no março de 1968.

Mas, antes de vermos alguns momentos detalhados dessa movimentação, é conveniente estabelecermos a situação global do mundo naquele momento.

Terminada a guerra de 1939-1945, pelo Tratado de Yalta se dá uma nova divisão do mundo. Não mais como a de Alexandre VI no Tratado de Tordesilhas dividindo o mundo entre portugueses e espanhóis, mas entre o capitalismo e o socialismo real. Inicia-se o famoso período histórico denominado “Guerra Fria”. As duas potências hegemônicas do mundo naquele momento, Estados Unidos e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, estão constantemente em atrito militar e diplomático visando manter e aumentar o seu poder hegemônico sobre o mundo. Os Estados Unidos tentam manter sob seu poder os países americanos. Por isso incentivam golpes de Estado, ditaduras, enfim tudo o que pudessem controlar para “impedir o avanço do comunismo”. Mas uma pequena ilha do Caribe, até então dominada pelos Estados Unidos e, pior, bem perto de suas fronteiras, consegue se libertar desse jugo. Cuba, com Fidel Castro, torna-se o primeiro país

socialista das Américas. Da Revolução Cubana vem muita inspiração para os jovens estudantes. Mesmo porque um dos protagonistas da revolução, Ernesto Guevara de La Senra – Che – torna-se um ícone da nova geração. Camisas, boinas, *posters* do Che percorrem toda a América Latina assinalando novas possibilidades políticas e o sentido de uma vida entregue a uma causa. Até nossos dias, os Estados Unidos não aceitam a existência de uma ilha fora de seus domínios e tentam destruir essa vivência política. John Kennedy tenta invadir a ilha e os USA fracassam redondamente. Então se acena a uma crise mundial, com a questão dos mísseis. A situação acaba sendo resolvida diplomaticamente, não sem antes levar todo o mundo ao susto de uma possível guerra nuclear. E, desde então até hoje, os Estados Unidos impõem um pesado embargo econômico e político a Cuba.

De outro lado, as nações africanas, até então colônias da Europa, começam seu processo de libertação política. Evidentemente, na questão econômica oscilam entre a dependência americana e russa. E o papel da guerra fria é justamente esse: oferecer às novas nações dependência econômica e política, sobre a fachada de uma democracia formal. Paulatinamente se constituem os vários Estados Africanos: 1957 - Gana, o primeiro Estado da África Negra a se tornar independente; 1958 - Guiné segue os passos de Gana. Mas é sobretudo nos anos 60 que esse processo se desenvolve: Camerum, Congo (ex-francês), Togo, Daomé, Alto Volta, Níger. Também se tornam independentes a Nigéria, Senegal, Mali, Madagascar, Somália, Maurítânia, Congo (ex-belga). Em 1961, tornam-se independentes: Serra Leoa e Tanganika, que, unindo-se ao Zanzibar, torna-se o Estado de Tanzânia. Em 1962: Uganda, Ruanda, Burundi. Em 1963, Quênia. Em 1965, Gâmbia e Rodésia. Em 1966, Botswana. A Argélia conhece também uma longa e terrível guerra de libertação do domínio francês (1954-1962). Guerra cheia de atrocidades, massacres, assassinatos em série, tudo refletindo a polarização do Ocidente contra o Oriente, Estados Unidos contra União Soviética, ou o fenômeno da guerra fria, enquanto Rússia e Estados Unidos tentam cooptar e manter sob sua órbita esses novos países ao preço muito alto de guerras tribais, manipulações de toda ordem, traições e assassinatos de líderes e populações inteiras.

A guerra fria também se expande para o Extremo Oriente. A península da Coreia, após a guerra de 1945, ficou dividida entre Coreia do Norte, comunista, sob a órbita da URSS, e Coreia do Sul, sob a órbita americana. Em 1950, o Norte ataca o Sul, envolvendo na guerra a URSS, a China e os Estados Unidos. A guerra termina em 1953, mantendo-se até

hoje a divisão das duas Coreias em Norte (comunista) e Sul (capitalista).

A Indochina constituía um protetorado francês. Após 1945, a França intervém com força na região, impondo inclusive novos governantes. Mas a busca da autonomia faz explodir a guerra contra os franceses, que, finalmente, deixam a região após uma fragorosa derrota em Diem Biem Phu. A Indochina se divide em vários Estados: Laos, Camboja, Vietnã do Norte (comunista) e Vietnã do Sul (capitalista). Os Estados Unidos ajudam o Vietnã do Sul contra o do Norte, quando explode a guerra entre os dois. Guerra de atrocidades indizíveis, de cobaias de novas armas químicas testadas pelos Estados Unidos. Mas os vietcongs, guerrilheiros, juntos com o exército do Vietnã do Norte, acabam por derrotar os americanos, que tiveram baixas de 56.000 soldados. A pressão interna fez com que finalmente os Estados Unidos se retirassem da região, que é unificada quando Saigon, capital do Sul, é tomada, mudando seu nome para Ho Chi Mim, o líder fundador do Partido Comunista do Vietnã.

A América Latina, sobretudo depois da revolução cubana, se torna prioritária para a diplomacia americana, visando impedir que outros países do continente aderissem ao comunismo. O exército americano treina os exércitos latinos para combater a insurgência pelo uso da tortura como elemento de intimidação e confissão dos pretensos inimigos internos.

Paulatinamente, toda a América rompe com a ordem democrática e impõe governos autoritários e ditaduras, sempre motivadas, orientadas e mantidas com a ajuda de Washington, que também sustenta as ditaduras já existentes, como as do Paraguai, Haiti e Nicarágua. O primeiro país a entrar neste esquema é o Brasil (31 de março de 1964), seguindo-se pelos anos 70 este mesmo esquema. Bolívia (21 de agosto de 1971, com o golpe do general Hugo Banzer), Uruguai (27 de junho de 1973, com o golpe militar apoiado pelos civis), Chile (11 de setembro de 1973, com o golpe liderado pelo general Augusto Pinochet contra Allende), Peru (29 de agosto de 1975, golpe liderado por Francisco Morales Bermudez), Equador (13 de janeiro de 1976, golpe de Estado liderado por Alfredo Poveda Burbano), Argentina (26 de março de 1976, golpe de Estado liderado pelo general Videla).

O Brasil, depois da ditadura Vargas (1937-1945), conheceu um período democrático a partir da Constituição de 1946. De 1946 a 1964, sobretudo com o segundo governo Vargas e o governo Kubitschek, a sociedade brasileira entrou num processo de politização e busca de novas alternativas sociais. Isso se revela na fundação das Ligas Camponesas, visando a reforma agrária e a modificação da política no campo; na famosa campa-

nha do “petróleo é nosso”, levando à criação da Petrobrás e ao monopólio estatal do petróleo; na estatização das companhias de eletricidade e telefonia; na relação da política externa diferenciada com Cuba e os países do chamado Terceiro Mundo, quebrando o monopólio do comércio com os Estados Unidos; na defesa dos direitos dos trabalhadores, com sindicatos fortes e atuantes; no campo da educação, pela luta por uma educação laica, de boa qualidade e gratuita presente na campanha da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Tudo isso leva à compreensão do papel exercido pelos estudantes e outros segmentos após o golpe militar de 1964.

A grande força social do momento, a Igreja Católica, se coloca no campo do reacionarismo político, até mesmo defendendo publicamente o golpe que vinha impedir que o Brasil se tornasse comunista, por isso anticristão e ateu. Mas o povo simples começa a trilhar outro caminho, o das pequenas comunidades chamadas de base, que ligam fé e vida e fé e política. No meio secundarista e universitário, a JEC (Juventude Estudantil Católica) e a JUC (Juventude Universitária Católica) também trilham outros caminhos, visando a construção da justiça e solidariedade e a superação de classes sociais. Sobretudo a JUC tem uma força muito grande no meio universitário. Acaba por eleger membros seus para presidentes da entidade: Aldo Arantes, da JUC de São Paulo (1961), e Vinicius Caldeira Brant, da JUC de Belo Horizonte (1962). A importância da JUC se explica por razões conjunturais. O PCB estava em crise, embora crescesse no meio sindical e operário.

A JUC se apresentava como um movimento desligado da ideologia nacional reformista. É um movimento com uma abrangência relativamente nacional e sobretudo assume, mais do que o PCB e outras forças políticas, a bandeira da reforma universitária. Mas a JUC acaba entrando em conflito com a hierarquia. Rompe sua própria unidade interna criando a AP (Ação Popular), orientada pelos grandes nomes intelectuais da época, como Frei Tomás Cardonnel, OP e Pe. Henrique de Lima Vaz, SJ.

Em julho de 1961, a AP realiza seu primeiro congresso, em Belo Horizonte. As críticas contundentes se sucedem, seja contra o grupo, seja contra os intelectuais considerados “seus mentores”. A hierarquia católica, que, como vimos, apoiara nos inícios o golpe militar, acabou rompendo com a AP e extinguindo a JUC. Mas a AP continua forte na resistência ao golpe militar.

Aos poucos, a própria CNBB acaba opondo-se ao golpe militar e, progressivamente, irá questioná-lo profundamente, denunciando suas arbitriedades, acolhendo e protegendo presos políticos e exigindo mudanças

nos rumos da ditadura militar. Não sem causar debates e crises internas, tendo, de um lado, bispos como D. Geraldo Proença Sigaud, arcebispo de Diamantina (MG); D. Antônio de Castro Mayer, bispo de Campos (RJ); D. Lucas Moreira Neves, OP, bispo auxiliar de São Paulo; D. Agnello Rossi, cardeal arcebispo de São Paulo e presidente da própria CNBB; e D. Eugênio de Araújo Salles, cardeal primaz do Brasil e depois cardeal arcebispo do Rio de Janeiro. De outro lado, D. Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia; D. José Maria Pires, arcebispo da Paraíba; e D. Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo.

Aos poucos, novos presidentes da CNBB da estatura de D. Aloísio Lorscheider, D. Ivo José Lorscheiter e D. Luciano Mendes de Almeida colocam a Igreja do Brasil na denúncia profética contra as torturas da ditadura, no compromisso com os pobres e no apoio às causas populares.

Mas a grande figura exponencial de todo esse período é D. Helder Pessoa Câmara. Tomando posse da arquidiocese de Olinda, em Pernambuco, em março de 1968, D. Helder logo se tornará a grande voz da oposição à ditadura militar. Líder do episcopado, com uma projeção internacional extraordinária, D. Helder ajudará a manter viva a perspectiva dos direitos humanos, tão desprezada pela ditadura. Denuncia a visão pragmatista e dependente da política econômica brasileira, imposta pelos militares, e mantém viva a busca e a necessidade da utopia.

1968: breve visão de um ano profundamente singular

Rio de Janeiro – A ditadura militar, oriunda do golpe de 1964, não conseguia impor-se totalmente. Encontrava resistências em políticos de esquerda e até de direita que não aceitavam o rompimento da ordem jurídico-democrática. E, sobretudo, era bravamente combatida pela juventude estudantil organizada na UNE e na UBES. Aqui se insere a luta dos estudantes contra o famoso convênio MEC-USAID (United States Agency for International Development), que cobria todo o espectro da educação no Brasil: desde o ensino primário (hoje, fundamental), passando pelo colegial (hoje, médio) até o universitário. Contempla o treinamento de professores, a produção e a veiculação de livros didáticos. Um projeto que visava fazer dos estudantes mão-de-obra simples e barata, a partir das próprias escolas e suas relações com as empresas capitalistas. Exclui o estudo da filosofia e sociologia dos currículos e impõe o estudo da educação moral e cívica, verdadeiro manual de defesa ideológica do golpe e reacionarismo político-soci-

al. Os protestos se sucediam em todos os estados do Brasil, clamando por liberdade e volta ao Estado de Direito. Para se ter idéia das muitas lutas estudantis seria interessante dar uma olhada nos quadros sinóticos das greves e agitações dos estudantes em todo o território nacional, bem documentadas na obra *Movimento Estudantil e Ditadura Militar 1964-1968*, de João Roberto Martins. Em março, num protesto contra a repressão aos estudantes, a polícia acaba assassinando o estudante secundarista Edson Luis Souto. Foi o estopim para mais contestação à ditadura. Estudantes, sindicatos, operários e membros da Igreja fazem contínuos protestos, que culminarão na famosa Marcha dos 100 Mil, realizada em 26 de junho de 1968. Dispersada à força, torna-se emblemática e provocativa para manifestações que se sucedem em todos os estados. Já em 1964, a UNE fora fechada e seu prédio incendiado. As instituições estudantis proibidas de funcionar. Mas, mesmo na ilegalidade, continuam a se posicionar contra a ditadura que se implantava.

4 de abril – A luta pela igualdade racial nos Estados Unidos tinha um grande líder, que conseguia provocar a consciência dos norte-americanos com relação ao racismo. Nesse dia, 4 de abril de 1968, Martin Luther King, esse grande líder, é assassinado. Mas os Estados Unidos nunca mais serão os mesmos com relação à questão racial.

16 de abril – Dos 21 mil operários de Contagem, Minas Gerais, 16 mil entram em greve. Seus objetivos: luta para a implantação das CIPAS, luta contra a implantação do FGTS, contra o arrocho salarial, exigência de aumento de 10% no salário.

A relação com o movimento sindical e com os trabalhadores foi explosiva durante toda a ditadura. Os militares e a direita coadjuvante combatiam ferozmente os resquícios da “República Sindicalista” de João Goulart, o presidente deposto pelo golpe. A todo custo, queriam dobrar um dos segmentos mais combativos nos anos anteriores ao golpe e início da ditadura. Fato inédito: para tentar dobrar os operários em greve, ninguém menos do que o Cel. de Exército, Jarbas Passarinho, ministro do Trabalho do governo militar, se abala de Brasília para participar da assembléia dos grevistas. Não consegue seu intento, sai debaixo de vaias, dizendo que não se importaria de semear cadáveres se isso fosse necessário para manter a “lei e a ordem”.

Mai de 1968 – Os protestos estudantis se multiplicam em Paris e Berlim Ocidental. Tornaram-se um símbolo do que significa 1968. Os estudantes são os primeiros protagonistas. Questionam a ordem econômica capitalista, o formalismo da democracia e do sistema político-jurídico. O *slogan* dos estudantes: “É proibido proibir”, numa verdadeira revolução política, cultural, ideológica, sexual. As agitações se iniciam na Universidade de Nanterre, quando os jovens homens se rebelam contra a proibição de terem acesso aos dormitórios femininos. Grandes repressões policiais se iniciam e ganham as ruas. Imediatamente se estendem a Paris e outras cidades francesas. A própria Sorbonne chega a ser ocupada. Trava-se uma verdadeira batalha, e não só ideológica, contra o que vinha do passado.

No dia 10 de maio, uma greve geral paralisa a França. São os operários de todos os setores se unindo aos estudantes e dando apoio às suas reivindicações.

5 de junho – A ebulição política contra a Guerra do Vietnã levada a cabo pelos Estados Unidos e a questão racial continuam sacudindo os americanos. Nesse dia, o senador Robert Kennedy, candidato à presidência americana, irmão do presidente, também assassinado, John Kennedy, é morto.

Osasco-SP, 16 de julho – Motivados pela greve que acontecera em Contagem, na luta contra a lei antigreve, contra o arrocho salarial, impulsionados por muitos estudantes que são também operários e a partir do movimento estudantil, incentivados à reação contra a ditadura, pelo fato de terem criado algo novo no sindicalismo daquele momento, que são as comissões de fábrica, os operários entram em greve. A ditadura reage com muita violência. Ocupa militarmente as fábricas, prende muitos operários, sobretudo a liderança da greve, e impede o movimento de se alastrar para outros segmentos sociais e outras fábricas.

Praga, agosto – Os ventos da contestação e a busca da liberdade acabam por chegar ao fechado regime stalinista que domina a URSS e seus satélites. A República da então Tchecoslováquia conhece uma abertura política e econômica aceita e reconhecida pelas próprias autoridades. Alexander Dubcek lidera uma nova visão socialista, combatendo as matrizes racionalistas, tecnicistas, centralizadoras do comunismo nos moldes soviéticos. A “Primavera de Praga”, como foi denominado esse momento, tenta vivenciar um socialismo autêntico. Humanista. Moscou, temerosa de

que esses ventos libertários autônomos, nacionalistas, cheguem aos outros países sob seu domínio, esmaga com seus tanques e suas tropas a primavera, obrigando a Tchecoslováquia a voltar ao inverno da antiga ordem vigente. Mais uma vez se sufoca a busca da liberdade, uma nova possibilidade de vivenciar um socialismo humano, sem privilégios e sem escravidão, com real protagonismo popular.

Medellín, Colômbia – Também, em agosto. A Igreja Católica presente na América-Afro-Latina e Caribe acolhe os ecos advindos da nova postura da Igreja Católica reunida no Concílio Vaticano II. Acolhe também os gritos de busca por justiça e defesa dos direitos humanos. Massacrados por impiedosas ditaduras, orientadas e manipuladas pelos Estados Unidos da América, Medellín denuncia essa situação. Propõe aos católicos a luta pela liberdade e transformação social. Ratifica e encoraja a caminhada das CEBs que trabalham a relação fé-vida, teologia e política. Explicita a opção pelos pobres e a busca da justiça como novo caminho para a paz. Recusa aceitar a idolatria do sistema capitalista e os arbítrios perpetrados pela doutrina de segurança nacional. Pede a volta à democracia e ao Estado de Direito. A partir de Medellín, grandes setores da Igreja Católica tornam-se sementes de resistência às ditaduras militares do continente, em busca da liberdade e libertação para os povos da América afro-latina e do Caribe. Resistência que se revela em inúmeras mortes, torturas e desaparecimento de pessoas da Igreja.

Setembro – Dois acontecimentos expressam a complexidade inerente a este ano. Os Beatles viajam à Índia para se encontrarem com o guru indiano Maharishi Yogi e com ele buscarem aprender a meditação transcendental, numa clara demonstração da busca da superação de um modelo ocidental racionalista, pragmatista, mecanicista. Também em setembro, numa praça pública em Nova York, o movimento feminista, liderado por Robin Morgan, com um gesto simbólico, a queima dos sutiãs, expressa sua busca de libertação de um mundo ocidental dominado pela cultura patriarcalista, machista, fálica.

México, 2 de outubro – O México sedia as Olimpíadas. Motivados pela situação latino-americana e mundial, os estudantes tentam denunciar ao mundo a situação de seu país. Um país movido pela corrupção, com uma democracia de fachada, porque o PRI, partido oficial, sempre

ganha as eleições e não permite alternância de poder, os estudantes se reúnem na praça Tlatelolco, no centro da Cidade do México. São violentamente reprimidos pela polícia, que cerca a praça, encurrala os estudantes e atira indiscriminadamente contra eles, desarmados e indefesos. Resultado: 26 mortos, 300 feridos e 1.000 presos pela polícia.

Ibiúna, 12 de outubro – Apesar de toda a repressão, apesar de todas as proibições, a UNE continua a fazer seus congressos e a motivar o movimento estudantil à resistência. Em 12 de outubro, reúnem-se num sítio de Ibiúna, interior de São Paulo, para seu congresso. A Polícia do Exército invade o sítio e prende praticamente todos os estudantes, dando um golpe de morte na UNE. Agora os estudantes embarcam na clandestinidade e partem para a busca da resposta armada à violência da ditadura militar.

Dezembro de 1968 – Contraditoriamente com a onda mundial e latino-americano de busca de liberdade de pensamento e de ação, percebendo as contradições existentes dentro de seu próprio corpo, os militares brasileiros dão um golpe dentro do golpe, com o famigerado AI-5 (Ato Institucional nº 5). Agora sim, a ditadura militar rompe com os limites formais que ainda existiam com a ordem democrática e inicia um processo sistemático de opressão e tortura. Aprofunda o processo de cerceamento do Congresso Nacional, cassando inúmeros deputados e senadores. Governadores estaduais são destituídos e outros impostos. Prefeitos das capitais e grandes cidades são nomeados e, por isso, denominados “biônicos”. Professores universitários são cassados, alunos poderiam ser suspensos ou expulsos se praticassem atividades consideradas subversivas. O AI-5 colocou o Brasil na perspectiva dos militares, em situação de guerra revolucionária, dando início a um tempo tenebroso, onde a delação era estimulada e bem acolhida, e a tortura, os desaparecimentos se tornam, com muito mais força e intensidade, política de Estado

1968: muitos atores, muitas facetas e um só grito: liberdade!

Nenhuma das facetas pode ser desprezada. Há dimensões ideológicas de oposição ao capitalismo e ao stalinismo. Há diferentes e novas relações sociais. Há dimensões européias e do “terceiro mundo”. Há busca da democratização da sociedade, reforma das universidades. Há um viés novo, que é a descoberta de que mudanças necessárias não passam só pelo

econômico e político. A cultura é fator de transformação e mudança. O cinema novo, a música de Geraldo Vandré e Chico Buarque, tudo revela a efervescência desse momento promissor e fecundo.

1968 provoca-nos ainda hoje. O dilema de nossa vida pessoal e social é o de adequar-se ao capitalismo, de conformar-se com a mesmice, e nos obriga a colocar sempre a pergunta: a utopia da transformação do mundo ainda é uma utopia válida?

1968 não foi uma primavera. Não foi um tempo que passou. Não foi fruto do radicalismo juvenil inconseqüente. Foi, e ainda é, fermento de liberdade e contestação. Talvez valha o pensamento de Marcel Proust para continuarmos a compreender 1968: “Numa viagem, o que é importante não é buscar novas paisagens, mas novos olhares”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS¹.

ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de. *Pequena História da Formação Social Brasileira*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Graal, Biblioteca de História, 1981.

BEOZZO, José Oscar. *Cristãos na Universidade e na Política*. Petrópolis: Vozes, 1984.

BRUNEAU, Thomas. *O catolicismo brasileiro em época de transição*. Coleção Temas Brasileiros, Loyola, 1974, v. III.

DIRCEU, José; PALMEIRA, Vladimir. *Abaixo a ditadura*. O movimento de 68 contado por seus líderes. 2ª. ed., Rio de Janeiro: Garamon, 1998.

MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento Estudantil e Ditadura Militar 1964-1968*. Campinas: Papirus, 1988.

G MEZ DE SOUZA, Luiz Alberto. *A JUC: os estudantes católicos e a política*. Petrópolis: Vozes, 1984.

¹A bibliografia sobre o período é rica e extensa. Limite-me a citar alguns livros e revistas, mas é importante conferir a bibliografia trazida por eles.

GOROSTIAGA (Ed.) *Aporte colectivo de los científicos sociales em Puebla*. Costa Rica: Educa, 1979.

MAESTRI, Mário. *Brasil, 1968: o assalto ao céu, a descida ao inferno* (1) www.correiocidadania.com.br - acesso em 04.03.2008.

_____ *Brasil, 1968: o assalto ao céu e a descida ao inferno* (2) www.correiocidadania.com.br - acesso em 06.03.2008.

_____ *Brasil, 1968: o assalto ao céu e a descida ao inferno* (3) www.correiocidadania.com.br - acesso em 10.03.2008.

POERNER, Artur José. *O poder jovem – história da participação política dos estudantes brasileiros*. 2ª ed. revisada, ilustrada e ampliada. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1979.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 1968 - *O que ficou das lutas estudantis e operárias e das manifestações culturais e comportamentais?* Revista Teoria e Debate, edição especial, ano 21, maio de 2008.

RICHARD, Pablo. *La Iglesia latino-americana entre el tremor y la esperanza. Apuntes teológicos para la década de los años 80*. Costa Rica: Dei, 1980.

VENTURA, Zuenir. *1968, o ano que não acabou*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1988.